

# Decisão dos estados pode reduzir ainda mais preço do gás de cozinha

## Confaz resolve estender pesquisa para cobrar menos ICMS

**Geralda Doca**

• BRASÍLIA. O Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), que reúne os secretários da Fazenda dos estados e delibera sobre a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), tomou uma decisão que pode reduzir ainda mais o preço do botijão de gás de cozinha (GLP) para o consumidor. O Confaz decidiu adiar para o próximo dia 27 (terça-feira da semana que vem) o fim do prazo da pesquisa sobre o preço do botijão.

Como a pesquisa será a base para calcular quanto de ICMS cobrar sobre o produto, a idéia é dar mais tempo para captar uma maior baixa no preço do gás e cobrar uma parcela menor do imposto. O fim da pesquisa estava previsto para amanhã.

O convênio foi assinado pelos 18 estados da federação, incluindo o Rio de Janeiro, que

adotam o sistema de Preço Médio Ponderado Final (PMPF), para definir a base de cálculo do imposto. As novas referências deverão ser publicadas no Diário Oficial da União no dia 28.

Segundo os secretários estaduais de Fazenda que participaram da reunião do Confaz, a expectativa é que a queda no preço do botijão de gás para o consumidor chegue a 12,4%, o mesmo percentual determinado pela Agência Nacional de Petróleo (ANP).

### **Alíquota menor para Rio importar máquinas**

O Confaz aprovou também mudanças da alíquota de importação de máquinas e implementos agrícolas para o Rio de Janeiro e três convênios sobre o parcelamento do refinanciamento das dívidas estaduais (Refis).

Pela manhã, os secretários se reuniram com o secretário do Tesouro, Eduardo Guardia, para pedir a flexibilização das

metas fixadas durante a renegociação das dívidas dos estados como resultado primário, limite de endividamento e de comprometimento de gastos com pessoal.

Eles reivindicaram, também, a antecipação das duas parcelas do chamado seguro receita de cerca de R\$ 500 milhões, que vencem em janeiro e fevereiro de 2003. Esse repasse foi acertado com os estados em decorrência da Lei Kandir, que desonerou as exportações da cobrança do ICMS.

O secretário do Tesouro, no entanto, descartou qualquer mudança no programa fiscal. Segundo ele, o governo não poderia mexer nas metas acertadas com os estados por causa da Lei de Responsabilidade Fiscal. Guardia disse, ainda, que a revisão de metas é um procedimento normal a cada ano e que os pleitos dos governadores sobre a Lei Kandir estão sendo analisados pela equipe econômica. ■